

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 2021

Apensados: PL nº 3.362/2021 e PL nº 4.480/2021.

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Autora: Deputada POLICIAL KATIA SASTRE

Relatora: Deputada CARMEN ZANOTTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.117, de 2021, de autoria da nobre Deputada POLICIAL KATIA SASTRE, visa, nos termos da sua ementa, a alterar o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Em sua justificação, a Autora traça considerações relativas à Lei Maria da Penha, informando que ela representou um marco no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Assevera que “no entanto, decorridos quase quinze anos desde a edição desse diploma legal,

* C D 2 2 7 5 0 6 8 1 3 8 0 0 *



percebe-se que o Código Penal Militar se manteve alheio ao avanço da legislação, uma vez que não houve qualquer atualização no sentido de estender a proteção especial da Lei nº 11.340/2006 às mulheres militares vítimas de violência doméstica e familiar em seus lares”.

A proposição foi apresentada em 09/06/2021, sendo distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva das Comissões.

Em 28/10/2021 fui designada relatora.

Em 09/11/2021 foi apensado à proposição principal, o PL nº 3.362/2021 que estabelece a competência da justiça comum para o processamento e julgamento de crimes sexuais quando praticados por militar em situação de atividade ou assemelhado contra vítima civil ou militar.

Em 02/02/2022 foi apensado à proposição principal, o PL nº 4480/2021 que altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para definir como crime comum os praticados no âmbito da violência doméstica.

Expirado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 32, inciso XXIV, alínea “a”, compete a esta Comissão pronunciar-se acerca do mérito de recebimento, avaliação e investigação de denúncias



relativas à ameaça ou à violação dos direitos da mulher, em especial as vítimas de violência doméstica, física, psicológica e moral, e respectiva discussão e deliberação.

Do ponto de vista da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o conteúdo da proposição deve prosperar. Nunca é demais olvidar esforços para proteção e segurança da mulher.

É notória a defasagem do Código Penal Militar-CPM com as demais legislações que tratam sobre a violência contra a mulher, mesmo passado mais de 15 (quinze) da aprovação da Lei Maria da Penha.

A nossa opinião é que o presente PL, com pequenas alterações, corrige as falhas e distorções apresentadas no CPM. A proposição procura equalizar os preceitos da justiça comum e a justiça especializada, evitando julgamento pela justiça militar, que notoriamente tem um menor rigor nas punições de crimes desta natureza.

Assim, a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação, somos favoráveis à aprovação do projeto principal e do apensado, PL nº 4.480/2021 de igual fito. Ainda, com relação ao PL nº 3.362/2021, apensado, reforçamos a importância do seu mérito, e entendemos que ele também deve ser aprovado.

Ante o exposto, no mérito, meu voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.117/2021 e de seus apensados, PL nº 3.362/2021 e PL nº 4.480/2021, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora

2021-19662



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 2021.

APENSADOS: PL Nº 3.362/2021 E PL Nº 4.480/2021.

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de atribuir à justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação.

Art. 2º O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art.

9º § 3º

Os crimes de que trata este artigo, quando tipificados como crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da legislação penal, serão da competência da justiça comum. ” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada CARMEN ZANOTTO



2021-19662

Relatora

5

Apresentação: 10/06/2022 16:54 - CMULHER
PRL 2 CMULHER => PL 2117/2021

PRL n.2



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227506813800>

